

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Toda criança alfabetizada até os

8 ANOS

Camila Barbosa Seabra dos Santos

**Alfabetizar até o final do 3º ano:
reflexões sobre a proposta do**

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Porto Alegre

1. Semestre.

2014

Camila Barbosa Seabra dos Santos

Alfabetizar até o final do 3º ano:
reflexões sobre a proposta do
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

Trabalho de Conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de
Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito obrigatório
para obtenção do título de Pedagoga.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Andrade
Junqueira Filho

Porto Alegre

1. Semestre.

2014

Dedico este trabalho aos meus pais, pois sempre estiveram do meu lado, nos momentos bons e nos mais difíceis, me incentivando sempre a seguir em frente.

E em especial a minha amiga maravilhosa Ellen Fanfa Anacleto, pelo companheirismo, amizade e que deixou eternas saudades.

Este sonho que se realiza hoje só está acontecendo porque tive o apoio de vocês. Essa vitória é nossa!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por me presentear com vida e com saúde. As dificuldades e os obstáculos já superados me tornaram mais forte para viver e me fizeram não desistir nunca dos meus sonhos.

À toda minha família: avós, tios, tias, primas, primos, irmão, afilhado, mas em especial minha mãe Lídia e meu pai Gerson, que sempre estiveram do meu lado, guiando meus passos e acreditando em mim, sempre dizendo: Vai Camila, tu és capaz!

Ao meu “namorado” Diego e minha filha Yasmin que são verdadeiros anjos que Deus deu a honra de ter ao meu lado, e que desde que entraram na minha vida, a rechearam com alegria e muito amor.

Aos amigos, os de longe e os de perto, especialmente, a Rafaela, que sempre vibram comigo a cada conquista.

À minha eterna amiga Ellen, que agora é meu anjo protetor, que me ensinou o verdadeiro sentido da vida: Aproveitar ao máximo todos os momentos, sempre!

Ao meu orientador, professor Gabriel de Andrade Junqueira Filho, por me acolher como sua orientanda, compartilhando comigo seus conhecimentos, sempre com muita dedicação e paciência.

Às colegas e equipe diretiva das Escolas Universo Mágico, Carrossel e Colégios Aplicação e Israelita, onde pude experienciar a docência, pelo companheirismo e amizade, e em especial aos alunos destas instituições pelos ensinamentos e por permitir que com alegria e dedicação fosse sua “profe”.

Se hoje estou aqui é porque vocês contribuíram para isso.

À vocês serei eternamente grata, muito obrigada!

SUMÁRIO

1	ALFABETIZAÇÃO? PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA? MEU ESTUDO E PORQUE!	7
1.1.	PACTO PARA QUE? OBJETIVOS DO PACTO.....	10
1.2.	ALFABETIZANDO E LETRANDO COM O PACTO.....	13
1.3.	3 ANOS PARA ALFABETIZAR: O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO.....	16
1.3.1.	Ciclo? Eu já ouvi essa palavra por ai! Aproximações e Distanciamentos do Ciclo de Alfabetização do Pacto com os Ciclos de Formação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre	17
2.	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	19
3.	ANÁLISES E ACHADOS.....	25
3.1.	MAS ENTÃO, OS ALUNOS SÃO PROMOVIDOS DENTRO DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E AS APRENDIZAGENS COM RELAÇÃO A ALFABETIZAÇÃO COMO FICAM?.....	25
4.	CONCLUINDO ESTE TRABALHO, MAS O PACTO CONTINUA...	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICES.....	42

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão tem como temática a Alfabetização, mais especificamente, a análise da proposta de alfabetizar em 3 anos, a partir das orientações do *Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa – PNAIC* (MEC/BRASIL, 2012). Para tanto, teve como campo de pesquisa uma escola pública da rede estadual da zona leste de Porto Alegre/RS. Tem como pergunta principal: Quais as relações entre avanço de ano e alfabetização no Ciclo de Alfabetização, a partir das orientações do Pacto? Para responder tal problemática, analisou as relações entre o avanço de ano e a alfabetização dos alunos dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, valendo-se das narrativas de alunos e professores envolvidos nesta proposta. Como aporte teórico principal, reporta-se ao documento do Pacto, bem como, a autores que colaboraram com a elaboração deste documento, como Moraes, Soares, entre outros. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professoras dos 1º, 2º e 3º anos e com grupos de alunos das turmas destas professoras. As narrativas dos sujeitos entrevistados convergiram para a necessidade de maior adesão aos princípios e práticas propostos pelo Programa, especialmente, a realização de trabalho pedagógico integrado entre os três anos do Ciclo de Alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Práticas pedagógicas.

ALFABETIZAÇÃO? PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA? MEU ESTUDO E PORQUE!

A temática selecionada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia – TCC – trata da Alfabetização em Língua Portuguesa, a partir da proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC¹. A partir das discussões que giram em torno do tema e do Pacto, foram levantados alguns apontamentos sobre as orientações instituídas através do Pacto pelo Ministério da Educação – MEC. Quais os motivos da implementação do Pacto? Como está ocorrendo nas escolas a dinâmica de se alfabetizar as crianças em três anos? Serão necessários três anos para alfabetizar? Quais práticas os professores dos três anos iniciais do Ensino Fundamental utilizam que faz com que algumas crianças se alfabetizem e outras não? As professoras estão colocando em prática as orientações das formações que o Pacto propõe, visando aprendizagens com relação à alfabetização com o avanço de ano, do 1º ao 3º ano, com atenção especial do 3º para o 4º, quando pode haver reprovação? Os alunos estão realmente aprendendo a ler e a escrever do 1º até o 3º ano, ou, em decorrência da aprovação automática, apenas se está adiando a reprovação, quando da passagem do 3º para o 4º ano? Resumindo melhor todas as questões, o maior questionamento é: os alunos avançam efetivamente suas aprendizagens dentro deste ciclo de alfabetização²? Ou melhor: o que está acontecendo dentro das escolas no âmbito da aprendizagem relacionada à alfabetização, já que há uma gama de alunos que concluem o Ciclo de Alfabetização sem ter adquirido os conhecimentos básicos em Português e Matemática, a partir das orientações do Pacto?

A fim de refletir sobre estas questões, tem-se por objetivos neste estudo buscar as relações entre as aprendizagens efetivas em leitura e escrita e o avanço

¹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2012) No decorrer do trabalho as menções ao Programa serão apenas como Pacto.

² O Ciclo de Alfabetização compreende os 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, ou seja, 1º, 2º e 3º anos, tendo como argumentos em sua defesa que “um período mais focado nos processos de leitura e escrita, dará melhores condições aos alunos para a compreensão das demais áreas do conhecimento.” (UNIDME, 2012)

de ano dos alunos durante o Ciclo de Alfabetização, em escolas que aderiram ao Pacto. Para tanto, valer-se-á das análises das narrativas de alunos e professores do 1º ao 3º ano, produzidas a partir de entrevistas semiestruturadas com estes sujeitos.

Um dos motivos pelos quais se optou por esta temática, deve-se a experiência vivida no estágio de docência do curso de Pedagogia, realizado no 7º semestre, em 2013/2, em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental. O interesse maior era vivenciar a alfabetização bem inicial em alguma turma, ou seja, em um 1º ou 2º ano. Porém, houve a opção por realizar o estágio em uma turma de 3º ano, pois naquela turma houve maior afinidade e acolhimento. O olhar da autora, desde o início da graduação, sempre foi voltado à alfabetização e, durante o estágio, a ênfase continuou sendo sobre este aspecto do projeto curricular. Diferentemente do que se imaginava encontrar com relação à escrita alfabética, e até mesmo ortográfica daquela turma, muitos alunos demonstravam dificuldades na compreensão dos textos que liam, na escrita de pequenos trechos, dificuldades bem específicas e primárias em leitura e escrita, o que demonstrava claramente que aspectos fundamentais relacionados à alfabetização não foram consolidados no trabalho realizado nos anos anteriores. É importante salientar que a escola em que o estágio obrigatório foi realizado foi uma das escolas que não aderiu as formações do Pacto. Esse foi um dos motivos que levaram a investigação mais profunda dessa questão.

Outro motivo pela escolha desta temática se dá pelo desejo da autora, que desde pequena, quer ser professora alfabetizadora. As lembranças, marcadas com muito carinho, dos anos iniciais e de quando ocorreu a alfabetização, do encanto pela escola, da paciência em ajudar os colegas, das brincadeiras de ser a professora dos familiares e também pelo momento especial em que iniciou-se a escrita e a necessidade de compreender o que lia.

Somando ainda aos motivos anteriores, as disciplinas relacionadas à Linguagem, cursadas durante a formação em Pedagogia, que fizeram nascer a compreensão de que não existe apenas uma forma de alfabetizar, além do conhecimento sobre os teóricos que versam acerca da alfabetização das crianças. Antes da iniciação da formação nesta Universidade, havia a imaginação que a alfabetização dos futuros alunos ocorreria da mesma forma como era feita há 20 anos atrás, época em que se conheceu a alfabetização como aluno e que eram ensinadas primeiramente as vogais, depois as consoantes, logo as famílias

silábicas, as palavras, frases e finalmente os textos. Por outro lado, foi possível constatar através destas disciplinas que, para alfabetizar, o professor pode lançar mão de inúmeras propostas, como proporcionar aos alunos tenham contato com diferentes gêneros textuais, estimular a leitura, alfabetizar letrando, entre outros conhecimentos que possibilitaram expandir o olhar sobre o tema. Não podemos deixar de dizer que outras disciplinas também proporcionaram modificações nas concepções sobre criança e aluno, pois era imaginado que os alunos chegavam crus na escola com relação a alfabetização, e que o conhecimento deveria ser igual para todos, desconsiderando totalmente a heterogeneidade dos mesmos e seus saberes. Agora existe a compreensão que os sujeitos trazem consigo, para a escola, suas experiências e conhecimentos prévios e que estes devem ser considerados para que o conhecimento se transforme em um novo saber.

Sendo assim, a seguir, é apresentado como a presente pesquisa está organizada:

O Capítulo 1 consiste em apresentar os motivos pelo qual firmou-se o Pacto, o detalhamento deste Programa, assim como a concepção de alfabetização que o Pacto propõe através da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores. Nesse âmbito ainda serão tratadas as características e os objetivos do Ciclo de Alfabetização, e há também uma reflexão sobre as aproximações e diferenças entre o Ciclo de Alfabetização, proposto pelo Pacto, e os Ciclos de Formação, da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

No Capítulo 2, serão apontados quais os caminhos metodológicos que foram utilizados para a geração e análise dos dados empíricos da pesquisa.

No Capítulo 3, está a apresentação das análises e achados da pesquisa, tratando das relações entre o avanço de ano dos alunos e as efetivas aprendizagens em alfabetização, refletindo também sobre as relações entre as práticas das professoras e os princípios e orientações do Pacto.

Por fim, nas Considerações Finais são apresentadas as conclusões que se chegou com essa pesquisa, retomando aspectos significativos da mesma, assim como as contribuições proporcionadas por este estudo.

1. 1 PACTO PARA QUE? OBJETIVOS DO PACTO

A educação escolar que se propõe hoje não é a mesma de 40 anos atrás, nem mesmo é aquela de 20 anos ou até mesmo a que era apresentada há 10 anos. Podemos dizer que toda a sociedade se modificou, não só a escola. E mesmo após a realização de tantos estudos relacionados à educação escolar, infelizmente a escola, ou seja, as práticas que a maioria dos professores utiliza em sala de aula, estão engessadas em 20, 30 anos. Para confirmar isso temos Solange Oliveira (2004) apud Eliana Albuquerque et al.(2008) que em sua dissertação de Mestrado ressalta a ocorrência da manutenção de práticas didáticas tradicionais nas formas de alfabetizar as crianças. É relevante salientar que há diversos fatores que contribuem para que isso esteja acontecendo, um dos aspectos seria a não continuidade dos profissionais de educação em seus estudos. Desse modo reproduzem didáticas que não valorizam os saberes constituídos pelos alunos. Por outro lado, essa situação não pode ser considerada somente culpa do professor, e podemos levantar a seguinte questão: Será que estes professores têm tempo para participar de atividades que proporcionem essas atualizações em seus saberes? Essa questão vem à tona quando se discute o porquê dos números tão grandes de alunos que concluem o 3º ano do ciclo de alfabetização sem ter os conhecimentos mínimos sobre leitura e escrita.

Vinculado a tais questões e tendo em vista “a precariedade do domínio da leitura e da escrita pelos alunos” (SOARES, 2003, p.1) justificadas através do resultado do último Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, realizado em 2011 que “mostrou um resultado terrível: aproximadamente 33% dos alunos com quatro anos de escolaridades ainda são analfabetos. ” (SOARES, 2003, p.1). Com essa realidade na educação brasileira o MEC instituiu o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC firmado, entre MEC, Estados, Municípios e Distrito Federal. Segundo o Pacto, "muitas crianças brasileiras concluem o ciclo destinado a sua alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas". (BRASIL, 2012).

Anteriormente a pactuação do Programa, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentavam em suas metas alfabetizar as crianças até os oito anos de idade e avaliar os resultados

através de exames periódicos. Um dos argumentos para que o Pacto seja instituído é de que

O Brasil alcançou um patamar inédito na sua história, com grandes avanços econômicos e sociais. Na educação, amplia e democratiza o acesso ao ensino, da creche à pós-graduação, e melhora ano a ano os índices de qualidade e desempenho da escola pública. (BRASIL, 2012)

Ele não desconsidera em momento algum que ainda existem muitos desafios pela frente, relacionados à Educação, e retomando os argumentos temos Brasil (2012), afirmando que ter no país um número tão grande de alunos que concluem o ciclo de alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas constitui um problema que além de comprometer gravemente o futuro dos alunos compromete também o futuro do país. E portanto acredita que “Agora é chegado o momento de realizar essa tarefa”. (BRASIL, 2012)

A fim de tornar-se público, o Pacto foi divulgado através do Diário da União pela Portaria nº 867, datada de 4 de Julho de 2012. Também foi elaborado um Portal específico, um link que detalha todo o Programa, com documentos importantes como medidas provisórias, leis, resoluções, entre outros que orientam quanto a funcionalidade do sistema, documentos e Cadernos de Formação disponibilizados aos professores e orientadores participantes das formações.

O foco principal do Pacto é assegurar que todas as crianças com até 8 anos de idade, ou seja, até ao final do 3º ano do ensino fundamental, estejam alfabetizadas, ou seja, que os alunos sejam capazes de:

[...] ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL, 2012)

Seus princípios orientam quanto às ações, como debates sobre o Ciclo de Alfabetização, processos de avaliação, acompanhamento da aprendizagem, planejamento e avaliação das práticas propostas, conhecimento e uso dos materiais entregues pelo MEC visando à melhoria da qualidade da Educação dos alunos do Ciclo de Alfabetização.

A fim de garantir que esta meta se efetive, como consta no Artigo. 5º, nos incisos I, II, III, IV e V da Portaria nº 867 (2012) as ações do Pacto têm por objetivos: garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do

ensino fundamental; reduzir a distorção idade–série na Educação Básica; melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores; construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Para que as metas se cumpram e que os objetivos sejam alcançados as ações do Pacto, conforme DAGE/SEB/MEC/2014, compreendem

[...] um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: materiais didáticos e pedagógicos, avaliações e controle social e mobilização.

A Formação Continuada dos professores alfabetizadores caracteriza-se por curso presencial de 2 anos. Em 2013, as formações totalizaram 120 horas, e conforme os dados apresentados pelo MEC (2014) objetivou, sobretudo, a articulação entre diferentes componentes curriculares, com ênfase na linguagem, além de estudos teóricos e atividades práticas. Por este motivo, esta pesquisa se mostra apropriada e relevante neste momento. As formações são e serão ministradas por orientadores de estudo que são professores da rede selecionados pelo programa Pró-letramento e que realizaram formação de 200 horas em Instituições Federais, e têm como objetivo:

[...] apoiar todos os professores do ciclo de alfabetização incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. (Portaria n. 1458, 2012)

Com relação ao eixo material didático, foram entregues aos professores alfabetizadores livros didáticos, obras complementares a estes livros, dicionários de Língua Portuguesa e os manuais do professor (Cadernos de Formação), distribuídos pelo Plano Nacional de Livros Didáticos – PNDL; jogos pedagógicos, obras de referência, de literatura e de pesquisa de apoio a alfabetização, estes distribuídos pelo Plano Nacional da Biblioteca na Escola – PNBE; jogos e softwares para apoiar a alfabetização; obras de apoio pedagógico aos professores; novos conteúdos para a alfabetização e ainda há previsão de ampliação da quantidade de jogos e livros que serão entregues as escolas.

Para o eixo avaliação, o Pacto apresenta um Caderno que orienta quanto as avaliações que são e que serão realizadas com os alunos. Neste bloco, duas frentes

são apontadas: a avaliação permanente e formativa, que refere-se a avaliar permanentemente o desenvolvimento dos alunos, onde o professor utilizará instrumentos de avaliação e registros permanentes visando planejar as situações didáticas a fim de favorecer as aprendizagens. Nesse sentido, refere-se a “Provinha Brasil” que será realizada no início e ao final do 2º ano, com a finalidade de diagnosticar “quais conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita e quais habilidades de leitura as crianças dominam.” (BRASIL, 2012) Outro aspecto que consta no eixo relacionado com a avaliação é a diagnóstica e externa, a ser aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), objetivando checar os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Outros dois eixos são Gestão, Mobilização e Controle Social, mas como o estudo direciona-se especificamente às práticas em sala de aula que as professoras propõem as suas turmas de alfabetização, a discussão e a reflexão desta pesquisa terão como escopo apenas o eixo Formação dos Professores, pois está diretamente relacionado a como as professoras visam a alfabetização e o letramento de seus alunos dentro do ciclo de alfabetização.

1.2. ALFABETIZANDO E LETRANDO COM O PACTO

Os documentos orientadores do Pacto, mais estritamente os Cadernos de Formação, foram elaborados com respaldo teórico de autores da Educação, especificamente os que abordam e que discorrem sobre os aspectos importantes para a prática dos professores em sala de aula como: Alfabetização e Letramento, Recursos Didáticos, Currículo, Interdisciplinaridade, Planejamento, Organização da Rotina, O lúdico e a literatura na alfabetização, Biblioteca escolar e O ensino de língua portuguesa na alfabetização. Então, como este estudo pretende analisar as relações entre os princípios e objetivos do Pacto e as práticas pedagógicas voltadas à Alfabetização de professoras que aderiram ao Pacto e, portanto, que realizaram as formações do Pacto, é necessário apresentar a concepção de alfabetização que este Programa propõe aos educadores.

Por esse motivo, trazemos inicialmente o que o Programa acredita que as crianças sejam capazes de fazer para serem consideradas alfabetizadas.

Estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz. (BRASIL, 2012)

Mas para além da Alfabetização, o Pacto acredita que, para que se garanta que todas as crianças aprendam a ler e escrever, sejam respeitados e implementados os direitos de aprendizagem objetivando nortear a organização do trabalho pedagógico dentro das escolas.

O direito principal relativo à Educação que é conferido a todos os brasileiros, é o direito à Educação Básica. Com a finalidade de exemplificar tal direito, apresentamos o que consta na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou seja, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecem que

[...] a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 22).

Além deste direito, a própria LDB ressalta que é prioridade o ensino de leitura e de escrita, apresentando em seu artigo 32 que

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema público, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Após a apresentação dos direitos que orientam a Educação Básica e o que deve compreender o ensino fundamental, temos os direitos de aprendizagem específicos da Língua Portuguesa, elaborados pelo MEC, e que são apresentados no Pacto:

Compreender e produzir textos orais e escritos de diferentes gêneros, veiculados em suportes textuais diversos, e para atender a diferentes propósitos comunicativos, considerando as condições em que os discursos são criados e recebidos;

Apreciar e compreender textos do universo literário (contos, fábulas, crônicas, poemas, dentre outros), levando em conta os fenômenos de

fruição estética, de imaginação e de lirismo, assim como os múltiplos sentidos que o leitor pode produzir durante a leitura;

Apreciar e usar em situações significativas os gêneros literários do patrimônio cultural da infância, como parlendas, cantigas, trava línguas;

Compreender e produzir textos destinados à organização e socialização do saber escolar/científico (textos didáticos, notas de enciclopédia, verbetes, resumos, resenhas, dentre outros) e à organização do cotidiano escolar e não escolar (agendas, cronogramas, calendários, cadernos de notas...);

Participar de situações de leitura/escuta e produção oral e escrita de textos destinados à reflexão e discussão acerca de temas sociais relevantes (notícias, reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, debates, documentários...);

Produzir e compreender textos orais e escritos com finalidades voltadas para a reflexão sobre valores e comportamentos sociais, planejando e participando de situações de combate aos preconceitos e atitudes discriminatórias (preconceito racial, de gênero, preconceito a grupos sexuais, preconceito linguístico, dentre outros). (BRASIL, 2012)

Baseando-se nestes direitos é que o professor apoiará sua prática pedagógica em prol da alfabetização, a fim de ampliar “ o acesso a alfabetização a um maior número de crianças” (ALBUQUERQUE, 2012, p.14), mas sempre atentando para as “experiências e conhecimentos prévios de seu grupo classe, seus interesses e modos de lidar com os saberes escolares. ” (BRASIL, 2012).

Para o Pacto, a “alfabetização plena é aquela em que a criança consegue ir além das habilidades mecânicas de codificar e decodificar palavras.” (UNDIME, 2012). O Pacto propõe também que no ciclo de alfabetização seja contemplada “a alfabetização e o letramento, possibilitando que a criança construa o sistema alfabético e faça uso social dele, dando significado à leitura e à escrita dentro e fora da escola.” (UNIDIME, 2012)

Nos documentos orientadores do Pacto, os conceitos de letramento e alfabetização são trabalhados articuladamente, uma vez que no Brasil tais conceitos estão enraizados dessa maneira na formação docente, e que são inegáveis as relações entre eles, mas cada um tem suas particularidades (SOARES, 2004). Artur Moraes e Leite (2012) concebem o Letramento como o conjunto de práticas de leitura e produção de textos escritos que as pessoas realizam em nossa sociedade, nas diferentes situações cotidianas formais e informais. Nesse sentido, Soares (1998), assim como os outros dois autores citados, defendem que seja possível e adequado que os professores alfabetizem letrando, ou seja, que se ensine o Sistema de Escrita Alfabética (SEA), “permitindo que os aprendizes vivam práticas de leitura e

de produção de textos, nas quais incorporem aqueles conhecimentos sobre a língua escrita.” (MORAIS; LEITE, 2012, p.7)

1.3. 3 ANOS PARA ALFABETIZAR: O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

A partir do momento em que foi proposto o Pacto com suas ações, este programa apresenta o termo ciclo de alfabetização em sua proposta, que compreende os 3 anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, o 1º, 2º e 3º ano. Como é um termo que até então não havia sido apresentado é necessário conceituá-lo neste estudo.

Para o ciclo de alfabetização é previsto que ao final do 3º ano, “a criança tem o direito de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos” (BRASIL, 2012). E concebe 600 dias letivos para que esses objetivos sejam atingidos:

[...] período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita; necessário, também, à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares, obrigatórios, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos.(Brasil, 2012)

Para este período não se visa apenas que a criança adquira os conhecimentos referente à leitura e escrita, também é previsto que se garanta a inserção da criança na cultura escolar, bem como seja ampliado seu universo cultural, levando em conta as diferentes áreas do conhecimento. Evoco Albuquerque e Cruz (2012) quando frisam que, na proposta do ciclo de alfabetização, se defende o compromisso com as aprendizagens e que neste período se dê a construção de conhecimentos dos educandos de modo a garantir que, ao longo do ano escolar e do ciclo, eles progredam em seus conhecimentos. E também defende que a criança avance nas aprendizagens; e que é preciso aproveitar o tempo do ciclo de alfabetização, os 3 anos, propondo em sala de aula atividades adequadas aos percursos dos alunos.

1.3.1. Ciclo? Eu já ouvi essa palavra por ai! Aproximações e distanciamentos do Ciclo de Alfabetização do Pacto com os Ciclos de Formação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Nesta subseção, temos as aproximações e distanciamentos entre o ciclo de alfabetização do Pacto e os Ciclos de Formação que vem sendo implementado nas escolas municipais do Porto Alegre, pois esta pesquisa tem como campo de estudo uma escola da rede estadual. Realizamos esta comparação, pois as escolas municipais conforme nos apresenta Andrea Krug, em sua obra “Ciclos de Formação: uma proposta político-pedagógica” (2001), a explanação da perspectiva teórica da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Porto Alegre. Ainda consta nessa obra a diferenciação entre a proposta dos Ciclos de Formação e a proposta do MEC, mas a proposta que o MEC propunha antes de instituir o Pacto. Conheçamos, portanto, alguns aspectos da proposta dos Ciclos de Formação da Rede Municipal de Porto Alegre (RME) citados por Krug (2001)

[...] espaços alternativos de apoio à aprendizagem: os Laboratórios de Aprendizagem, professores itinerantes e Sala de Integração e Recursos, assessoria pedagógica às professoras e professores, formação permanente em serviço e os serviços de orientação e supervisão por escola, além do trabalho de formação com as famílias e funcionárias e funcionários. (KRUG, 2001, p. 51-52)

A LDB já apontava em seu artigo 32, no parágrafo primeiro, que é “facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.” A partir dessa orientação, nem todas as redes optaram por utilizar a proposta de ciclos, portanto a rede estadual, rede da qual a escola pesquisada faz parte, optou pela seriação.

Com relação às aproximações das duas propostas, tanto o Pacto como os Ciclos de Formação consideram necessários 3 anos para alfabetizar os alunos, ou seja, que o processo de alfabetização esteja concluído ao final do 3º ano, quando as crianças estiverem com 8 anos de idade. Outro aspecto em comum das duas propostas e muito valorizada por ambos refere-se à formação dos professores, consideradas essenciais para o efetivo sucesso de alfabetização. Temos ainda que, apesar da ênfase na alfabetização e Matemática, ambas visam a formação integral dos alunos. A promoção automática nos Ciclos de Formação é outro fator que aproxima as duas propostas, objetivando evitar mais imediatamente a evasão ou fracasso escolar. Ainda nesse âmbito da Progressão, ressaltamos que o Ciclo de

Formação tem peculiaridades se comparado com o Ciclo do Pacto. As Turmas de Progressão dos Ciclos de Formação é uma delas e consiste em:

[...] atender os educandos com defasagem entre sua faixa etária e a escolaridade, realizando aí um trabalho direcionado para a superação das dificuldades e lacunas apresentadas por cada um dos educandos que estiverem nesta condição. (SMED, 1996:12 apud KRUG, 2001, p.70).

São turmas que têm a mesma dinâmica: oportunizar “que cada criança seja atendida nas suas possibilidades de desenvolvimento corporal, cognitivo e emocional, de acordo com a sua fase de desenvolvimento (KRUG, 2001, p.71). Além das turmas dos Ciclos de Formação contarem com uma rede de apoio, constituída pelos professores itinerantes, que atendem um conjunto de turmas dos ciclos. E também contam ainda com Laboratórios de Aprendizagem, que são oferecidos no turno oposto ao que o aluno frequenta na turma dos Ciclos de Formação. O Laboratório de Aprendizagem tem como atribuições “investigar o processo de construção de conhecimento do educando; criar estratégias de atendimento educacional complementar” (SMED, 1996, p.42-43, apud KRUG, 2001, p.77).

A escola pesquisada, que faz parte da rede estadual, infelizmente não conta com estes mesmos aparatos, que seriam de extrema importância para que os objetivos e princípios do Pacto fossem cumpridos. Apesar das duas propostas apresentarem diferenças, o Programa Pacto define orientações que se aproximam bastante dos princípios e objetivos dos Ciclos de Formação.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será apresentada a maneira como foi realizada a coleta dos dados empíricos e como estes dados foram tratados para realizar a análise para a elaboração deste TCC. Trataremos também sobre o tipo de pesquisa optada, além de especificar quais instrumentos foram utilizados para tal, salientando os aspectos levados em consideração na organização destes instrumentos.

A pesquisa

O estudo apresenta traços de um estudo de caso, pois o objeto de pesquisa se constitui “numa unidade dentro de um sistema mais amplo” (GOODE; HATT apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18). Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois pretende analisar “a perspectiva dos participantes, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões [...]” (LÜDKE, MENGA, 1986, p. 12) que estão neste estudo, que tem como objetivo buscar as relações entre o avanço de ano e as aprendizagens efetivas em alfabetização dos alunos que estão em processo de alfabetização. Estes dados foram gerados a partir das análises das narrativas de professoras e alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental, de uma escola da rede pública estadual da Zona Leste de Porto Alegre, os sujeitos dessa pesquisa.

A opção foi a de realizar entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, tendo como objetivo “assegurar informações em maior profundidade do que poderia garantir um instrumento com questões fechadas.” (ZAGO, 2003, p.297). Assim, foi possível adentrar em outros pontos relacionados à pergunta inicial. E além da possibilidade de estar “mais livre para conduzir a questões, favorecer a relação de interlocução e avançar na problematização” junto aos sujeitos da pesquisa (ZAGO, 2003, p.299). Outro ponto ao qual no qual foi dedicada atenção especial durante as entrevistas foi a ordem das questões, tomando cuidado para não induzir as respostas dos entrevistados.

Como aporte teórico para conceitualizar e contextualizar esta pesquisa, e para as reflexões posteriores, reporte-me aos Cadernos de Formação, elaborados pelo MEC (Brasil, 2012) através de uma equipe de estudiosos da área da Educação,

como Magda Becker Soares, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Emilia Ferreiro, Telma Leal entre outros da área da Alfabetização. Tais cadernos foram disponibilizados online pelo MEC e entregues aos professores alfabetizadores no decorrer e após as formações. Seus conteúdos abordam diversas temáticas que orientam quanto a dinamização da sala de aula, por meio de reflexões acerca dos temas relacionados com alfabetização, com o compartilhamento de propostas já realizadas com turmas de alfabetização e de sugestões de leitura a fim de complementar as formações.

Sujeitos da pesquisa

Nesta subseção são apresentados os sujeitos que colaboraram para a construção deste trabalho e os critérios de seleção que foram elencados para a escolha dos mesmos.

Instituição

Os sujeitos desta pesquisa são professoras e alunos de uma escola da rede pública estadual localizada na Zona Leste da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sendo que a maioria dos alunos são moradores do Morro da Cruz. Portanto, de uma região que é composta por comunidades da classe média até baixa. Ao entrarmos em contato com outras escolas desta região para propor a realização da pesquisa, foi constatado que nem todas as professoras haviam participado das formações do Pacto, sendo este o motivo para a seleção de apenas esta escola para a realização da pesquisa.

Professoras

O estudo tem como temática a proposta do Pacto para a Alfabetização, então houve a preocupação de entrevistar apenas professoras que participaram das formações realizadas pelo Pacto, pois a proposta se deu por adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios, salvo os que optaram pela não adesão, por já desenvolverem ações voltadas a alfabetização em seus sistemas de ensino. Das três professoras entrevistadas, apenas uma delas realizou as formações do Pacto

pela escola na qual este estudo foi feito, o que não caracterizou empecilho para a realização desta pesquisa com estas professoras. As outras duas professoras sujeitos da pesquisa realizaram as formações do Pacto pelas escolas que estavam atuando como alfabetizadoras no ano passado.

A fim de manter em sigilo os nomes das participantes, utilizaremos a convenção P1, para caracterizar a professora do 1º ano; P2, para a professora de 2º ano; e P3, para referir a professora do 3º ano.

Encontra-se exposto no quadro abaixo alguns dados das professoras para apresentá-las, detalhando um pouco dos seus repertórios como educadoras:

Quadro 1: Perfil das professoras

	P1	P2	P3
Idade	28	43	27
Fez magistério?	Começou, mas não concluiu	Sim	Sim
Formação	Pedagogia e Pós Graduação em Gestão (em andamento)	Pedagogia	Pedagogia
Forma de ingresso no Ensino Público	Contrato	Contrato	Contrato
Tempo de Magistério	2 anos	15 anos	4 anos
Turmas que já trabalhou	Berçário, Nível A e Nível B da Educação Infantil, 1º, 2º anos	Pré, 1º, 2º, 3º e 4º anos	Somente 3º ano

Fonte: Arquivos da autora, a partir das entrevistas realizadas

Salientamos que as professoras do 2º e 3º anos atuam nos dois turnos, ou seja, trabalham 40 horas nesta instituição. Somente a professora do 1º ano trabalha no turno da manhã, como coordenadora pedagógica, e a tarde, como professora deste ano.

Alunos

As entrevistas com os alunos foram realizadas com a separação por anos – 1º, 2º e 3º anos –, nas salas que estavam disponíveis dos dias em questão. A diretora da escola disponibilizou a sala dos professores para realizar as entrevistas com os alunos do 1º e 2º ano. Já com os alunos do 3º ano utilizamos uma sala que não estava sendo ocupada, pois a sala dos professores estava sendo utilizada. Foi

explicado às crianças que, para participar da pesquisa, seriam necessárias duas coisas: 1) que elas quisessem e; 2) que seus pais ou responsáveis autorizassem. Na turma de 1º ano participaram 9 alunos, sendo 2 meninos e 7 meninas de 6 a 7 anos de idade, a maioria destes alunos havia cursado o Pré nesta mesma instituição. Dos alunos do 2º ano, apenas 4 alunos participaram, pois retornaram apenas 6 autorizações daquela turma e no dia em que marcamos a entrevista, somente 4 alunos compareceram. Deste grupo, 2 são meninos e 2 meninas. Já com os alunos do 3º ano, 7 crianças, entre 8 e 10 anos de idade, participaram das entrevistas 3 meninos e 4 meninas, sendo 2 destes repetentes. No total, 20 crianças, de 6 até 10 anos de idade, participaram da pesquisa, todas elas envolvidas no processo de alfabetização.

Visando estreitar os laços com as crianças, garantir que todas falassem à vontade, e com a esperança que transformássemos as entrevistas em uma agradável e produtiva conversa, foram divididos os grupos de cada ano em dois pequenos grupos.

Das entrevistas

Antes dos encontros para realizar as entrevistas com os alunos e as professoras, foi elaborado um roteiro, sempre atentando para a ordem das questões, com o objetivo de não induzir as respostas dos entrevistados.

As entrevistas dirigidas as professoras foram organizadas em blocos (vide Apêndice D) onde foi levado em consideração algumas premissas, pois o contato com alfabetizadoras prévio sempre suscitou questionamentos sobre como ocorria a alfabetização, quais eram suas dificuldades, etc.

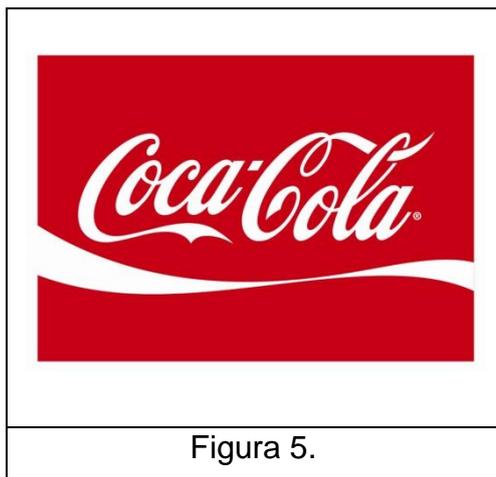
O bate papo com as professoras durou em média uma hora, tempo bem extenso e muito produtivo, já que foi possível ter uma conversa bem aberta, em que se sentiram à vontade para responder as questões e adentrar em outros assuntos.

Já as entrevistas com os alunos duraram em média 20 minutos com cada subgrupo, e para que as crianças entendessem que elas eram importantes para a pesquisa, e pudéssemos ter uma conversa aberta, foi entregue a cada aluno uma folha em branco com a seguinte inscrição: “Autorização para participar da pesquisa da Camila”. E em seguida se fez a sugestão de que fizessem um desenho livre. Os

alunos demonstraram ter gostado muito da proposta, e ao final da conversa foi solicitado que escrevessem na folha seus nomes e entregassem.

Em relação às entrevistas dos alunos, também foram organizadas em bloco (Apêndice E). No bloco denominado “alfabetização”, foi questionado se eles já sabiam ler e escrever e houve a proposta de que lessem letras, palavras. Foram mostrados a eles as vogais (A,E,I,O,U), palavras simples como (CASA, MAMÃE, PAPAI, ESCOLA, DIA), com o intuito de verificar se sabiam ler, ou não, ou seja, conferir se pelo menos os alunos já conseguiam ler palavras simples e comuns ao seu vocabulário. Já para detectar a presença do letramento, foram apresentadas imagens consideradas parte dos usos sociais destes alunos (vide imagens abaixo), como o logotipo da rede social Facebook, da marca das bonecas Monster High, da rede de restaurantes Mc’Donalds, da bolacha recheada Traxinas e o logotipo da Coca-Cola (figuras 1, 2, 3, 4 e 5 respectivamente).





Esta estratégia foi selecionada, pois o Pacto propõe que as professoras foquem a Alfabetização, mas juntamente com o letramento. Assim como Soares (2004) salienta que alfabetização e letramento são indissociáveis, pois o

[...] mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional da escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p.14)

As entrevistas proporcionaram o levantamento de muitas informações, portanto, apresentaremos na subseção seguinte, as análises dos dados coletados.

Das análises

Para as análises dos dados coletados nas entrevistas, foram realizadas as transcrições de cada conversa, momento este, segundo Lüdke e André (1986, p.37) que consiste em uma “operação bem mais trabalhosa do que geralmente se imagina, consumindo muitas horas[...]”. A partir das entrevistas transcritas organizou-se um quadro comparativo com as narrativas das professoras e os alunos dos três primeiros anos.

Após foram elencadas as recorrências das narrativas visando organizá-las em aspectos para as análises, que serão apresentadas no capítulo a seguir, *Análises e achados da pesquisa*.

No decorrer das análises encontram-se trechos das falas dos pesquisados, a fim de exemplificar e justificar a escolha de tais recorrências das narrativas apresentadas nos eixos de análises.

3. ANÁLISES E ACHADOS

O primeiro eixo de análise apresentada são as práticas que as professoras propõem em sala de aula; o segundo eixo consiste em refletir sobre a falta de integração e a consequente falta de planejamento e acompanhamento conjunto do trabalho das 3 professoras entrevistadas. No terceiro eixo estão as queixas das professoras com relação a alguns aspectos do trabalho; no quarto eixo, a priorização da Língua Portuguesa em detrimento dos demais componentes curriculares e, finalmente, no quinto eixo, discorreremos sobre a ênfase dada às professoras sobre a aprovação ou reprovação do 3º para o 4º ano, ao invés dos investimentos nas aprendizagens efetivas das crianças ano a ano. Além disso, iremos trazer também outros tópicos relevantes relacionados ao problema de pesquisa, assim como alguns questionamentos e constatações levantados no decorrer deste estudo.

3.1. MAS ENTÃO, OS ALUNOS SÃO PROMOVIDOS AUTOMATICAMENTE ANO A ANO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E AS APRENDIZAGENS COM RELAÇÃO A ALFABETIZAÇÃO COMO FICAM? COMO AS PROFESSORAS ESTÃO ALFABETIZANDO?

Esta é uma pergunta recorrente sobre os princípios e objetivos do Pacto considerada fundamental para ser respondida a partir dos dados gerados nesta pesquisa.

Damos início a resposta desta pergunta com a constatação de que as práticas das professoras se distanciam das práticas sugeridas nas formações do Pacto. A fim de ilustrar esta conclusão, apresentamos uma situação que permitiu observar muitos aspectos que serviram de norte para permear as demais reflexões no decorrer deste estudo. No primeiro contato com a diretora da escola e com a P1, elas responderam que no 1º ano “as crianças ainda não haviam tido nada do Pacto”, ambas demonstraram preocupação com relação a alfabetização desta turma. Foi notável que ficaram receosas pois a conversa sobre o assunto seria feita com os alunos. Algumas explicações foram necessárias para acalmá-las, sendo preciso deixar claro

que o foco com a turma de 1º ano seria nas expectativas dos alunos, e de como a professora propunha as atividades relativas à leitura e escrita em aula. Diante de tal posicionamento, tanto da professora como da diretora, os argumentos de Emília Ferreiro (2011, p. 64), em sua obra “Reflexões sobre Alfabetização”, se tornam válidos já que ela afirma que as crianças “não esperam completar 6 anos e ter uma professora a sua frente para começar a aprender.” Algumas já ingressam na escola alfabetizadas, e trazem consigo diversos conhecimentos ditos “escolares”. Seguindo este mesmo raciocínio, ainda conforme Ferreiro (2011), desde que nascem as crianças são construtoras de conhecimento. Então, dizer que os alunos “ainda não tiveram nada do Pacto” é afirmar que estes alunos só irão aprender, só terão o contato com as letras, dentro da escola. O questionamento de se era isso mesmo que a diretora e a professora do 1º ano estavam dizendo, se era nisso que acreditavam se tornou parte dos pensamentos. Ferreiro é de grande contribuição para o trabalho, pois não há como discutir alfabetização sem utilizá-la nas reflexões. Esta teórica contribuiu muito para o entendimento sobre o conceito de alfabetização e levou a muitas mudanças na estrutura escolar, além de ser uma das referências que o Pacto sugere aos professores em seus Cadernos de Formação. Em direção similar ao que cita Ferreiro, lançamos mão das palavras de Morais e Leite (2012), quando dizem que “as crianças não começam a tentar compreender a escrita apenas quando entram no 1º Ano” (MORAIS; LEITE, 2012, p. 16), portanto, faz-se necessário proporcionar “que as crianças possam vivenciar, desde cedo, atividades que as levem a pensar sobre as características do nosso sistema de escrita, de forma reflexiva, lúdica, inseridas em atividades de leitura e escrita de diferentes textos.” (ALBUQUERQUE, 2012. p. 22). É imprescindível que se proponha aos alunos que escrevam sem se apoiar nas cópias, que os próprios alunos criem seus textos, mesmo não estando plenamente alfabetizados. Além de proporcionar que as crianças tomem o conhecimento da intenção que se tem ao escrever, que é de comunicar algo a alguém. E com isso considerar a hipótese dos alunos e seus conhecimentos anteriores, pois ao incitar somente a cópia, os alunos tornam-se reprodutores e não autores.

Nas entrevistas com os alunos, em um momento em que se pergunta quando eles escrevem, um aluno do 2º ano responde:

Eu escrevo na minha casa [...] às vezes, quando eu pego, me sento no banco e escrevo. ”

Com esta frase exemplificamos que mesmo sem “saber ler e escrever” este aluno, ao que parece, por iniciativa própria, já escreve, ou ensaia sua escrita, em sua casa, mas não reconhece e não realiza essa prática na escola, pois lá ele só copia. Essa situação exemplifica e é reflexo do “descompasso muitas vezes existente entre as atividades propostas pelos professores e as experiências de ler e escrever vivenciadas pelas crianças em casa ou em outro contexto que não a sala de aula.” (SOUZA; LEAL, 2012, p.7)

Após conversar com os alunos do 1º ano foi possível entender os temores e a insegurança da diretora e da professora, pois foi legítima a constatação que não somente com esta turma, mas nas demais turmas, ocorre a cópia do quadro e é uma prática muito valorizada pelas professoras em sala de aula, gerando insatisfação nos alunos, como aponta um dos alunos do 2º ano:

“Eu não gosto de copiar, coisa grande, tipo assim.”

Com relação a cópia, Luciane Magalhães et al, (2012, p.9) argumentam nos Cadernos de Formação do Pacto que “é necessário, entretanto, que o docente compreenda que copiar não é sinônimo de escrever, embora seja uma habilidade necessária a ser desenvolvida durante a alfabetização.” Portanto, ressaltam que as crianças podem e devem escrever espontaneamente desde o primeiro dia de aula. Mas, ao que parece, a escrita espontânea ainda não tem lugar nas práticas dessas professoras. A fala da P3 reforça o uso maciço da cópia:

“[...] já chego passando o conteúdo no quadro. Aí eu dou um tempo assim... como eu encho o quadro [...]”

A P3 cita que o quadro é um dos poucos recursos disponíveis para utilizar em sala de aula. Esta prática permite perceber a concepção aluno e de aprendizagem com a qual trabalham as professoras, pois fica explícito que ocupam o tempo dos alunos com cópias extensas ao invés de valorizar os saberes das crianças. Para ilustrar a concepção de aluno que as professoras demonstraram através de suas narrativas, tomamos o mesmo pensamento dominante desde meados anos 80 em que “partia-se do pressuposto de que todos os alunos iniciavam o processo sem conhecimento algum sobre a escrita e que cabia aos professores o ensino das letras, sílabas e palavras. Ao aluno, nessa concepção, cabia um papel passivo de “recebedor” de algo pronto: a língua.” (ALBUQUERQUE, 2012, p.8). Diferentemente

do que o Pacto orienta, que deve-se valorizar as diferentes potencialidades dos alunos e que proporcionem “que as crianças possam vivenciar, desde cedo, atividades que as levem a pensar sobre as características do nosso sistema de escrita, de forma reflexiva, lúdica, inseridas em atividades de leitura e escrita de diferentes textos.” (ALBUQUERQUE, 2012. p. 22)

Visando a alfabetização dos alunos, as professoras utilizam em sala de aula o contrário do que o Pacto propõe, baseando-se nos métodos tradicionais utilizados em cartilhas, utilizando os métodos sintético ou analítico, pois tais métodos propõem que se aprenda, “por meio principalmente da memorização, as letras/fonemas/sílabas que lhes possibilitaria ler palavras, frases e, por último, textos.” (ALBUQUERQUE, 2012, p.8). A fim de ilustrar a utilização destas práticas pelas alfabetizadoras temos a fala da P2, ao ser questionada sobre a maneira que ela incentiva os alunos na superação das dificuldades, ela apontou que a maior dificuldade dos alunos da sua turma era a leitura.

“[...] trabalho uma letra, daí fico um tempo naquela letra, e aí quando vejo que dá, eu posso passar pra outra. [...]”

Ao propor aos alunos o trabalho focado em apenas uma letra, se desconsidera que esta letra está dentro de uma palavra, que compõe uma frase, e que está inserida dentro de um texto.

Com relação a este mesmo aspecto, de como as professoras estão propondo a alfabetização, a fala de uma aluna do 2º ano ao ser questionada sobre o que já sabia ilustra a aprendizagem:

“Eu sei aquelas contagens do BA, BE, BI, BO, BU, DA, DE, DI, DO, DU.”

Temos também a resposta da P1, com relação a família silábica, quando questionada sobre o que os alunos não conheciam ao ingressar no 1º ano:

“Mais a questão da família silábica, a alfabetização em si. [...]”

Através das duas falas foi possível observar que o que está acontecendo é a fragmentação da alfabetização, ou seja, se ensina os elementos para que os alunos aprendam a ler de forma fragmentada, como ensinar letra por letra e as famílias silábicas, ou seja, se alfabetiza aos “pedacinhos”.

Nas entrevistas com os alunos, foi proposto que lessem palavras simples, assim como algumas imagens. Os alunos dos 3 anos realizaram a leitura das imagens corretamente, mas quando foram apresentados a eles as palavras, os alunos do 1º e do 2º ano demonstraram dificuldade, dizendo apenas algumas letras que compõem as palavras apresentadas, em meio a tentativas de leitura. Uma situação ocorrida que não pode ser deixada fora do relato, foi a da palavra DIA, que ao ser mostrada ao grupo do segundo ano, obteve como leitura a palavra “ILHA”. A conclusão que se chega se deve a letra “I” na palavra, que os alunos a associaram a palavra “ILHA”, palavra a partir da qual foi trabalhada a letra “I” em muitas práticas alfabetizadoras. Essa situação mostra melhor um pouco mais o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas professoras, revelando que ele não está efetivando os princípios do Pacto.

As práticas e situações aqui relatadas além de irem contra os princípios propostos pelo Pacto, ainda desconsideram os conhecimentos dos outros alunos dentro de sala de aula, que podem estar em outros níveis psicogenéticos de escrita descritos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky em seu livro *Psicogênese da língua escrita* (1985), reafirmando outro princípio fundamental apontado pelo Pacto, “o fenômeno da heterogeneidade como intrínseco aos processos educativos.” (BRASIL, 2013, p.5). Por isso, é possível considerar que se perde tempo, tempo este que para o Pacto é valioso, e que esta não é a melhor estratégia a ser utilizada com os alunos para avançar na leitura. Ivane Souza e Telma Leal (2012) sugerem algumas pistas que auxiliam no desenvolvimento das habilidades em leitura, onde enfatizam “junto aos professores a importância de favorecer o contato dos alunos com textos diversos” (SOUZA; LEAL, 2012, p.8), propondo situações em que alguém leia para as crianças e também a leitura compartilhada. A sugestão de Soares (1998) mostra que

“o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (SOARES, 1998, p.47)

São notáveis a necessidade e a importância, mas, infelizmente, é perceptível a ausência do lúdico nas práticas das professoras, não valorizando nas propostas de leitura e escrita dirigidas aos alunos. É o que diz P1 quando questionada sobre como era realizado o trabalho na educação infantil nessa mesma escola:

“Lá era mais lúdico, ocorria a aprendizagem mais lúdica.”

No entanto, faz parte do material utilizado nas formações do Pacto, conceber a alfabetização na perspectiva do letramento, argumentando que

podem ser desenvolvidas metodologias que, de modo concomitante, favoreçam a apropriação do sistema alfabético de escrita por meio de atividades lúdicas e reflexivas e a participação em situações de leitura e produção de textos, ampliando as referências culturais das crianças.” (BRASIL, 2012)

Além disso, e objetivando implementar esse princípio, os professores recebem e tem o conhecimento de diversos jogos a serem utilizados como recursos didáticos, que visam auxiliar no processo de aquisição do Sistema de Escrita Alfabética.

A proposta do Pacto tem como princípio a necessidade de colocar o lúdico nas propostas pedagógicas, pois aprender brincando sempre foi levado em conta nos espaços de educação infantil, diferente do ensino fundamental, onde esse aspecto parece se perder, esvaziar-se de sentido, contrariando as ideias de Vigotsky (1991) que, em sua obra “A formação social da mente”, cita as atividades com brincadeiras e os jogos permitem a liberdade de expressão além de auxiliar no desenvolvimento. Este autor é singular nesta proposta, pois o Programa toma como “perspectiva um ensino que propicie ao aluno fazer uso da linguagem considerando os diferentes contextos de uso da mesma, ou seja, tendo por base a abordagem sociointeracionista” (BRASIL, 2012, ano 2, unidade 5) teoria que Vigostky propõe como contribuição para a educação, seja a educação infantil, seja o ensino fundamental, aliás, para qualquer etapa da escolaridade, de criança a adulto.

A partir dessas práticas narradas pelas professoras e confirmadas pelos relatos dos alunos, a seguinte questão se faz presente: Se a participação no Pacto é por adesão, porque as professoras estão quebrando o Pacto? Ou seja, quais os motivos para que estas proponham em sala de aula práticas tão diferentes do Programa? Pois o Programa sugere que as professoras alfabetizadoras que aderirem ao Pacto realizem as formações. A este respeito há a hipótese de que aceitar e, portanto, conseqüentemente, praticar algo novo é difícil para todos nós, e acredito que dentro da escola não seria diferente. Temos a fala da P3, sobre sua resistência inicial, ao conhecer a proposta.

“No início eu estava meio contrariada, porque eu não tava achando que a proposta era muito boa. Porque elas (as outras professoras do Ciclo de Alfabetização desta escola) queriam só trabalhar com leitura, e disse: - Olha... Leitura? Não é só isso, tem outras coisas, né? Eu achava que elas fantasiavam muito. E aí, como a gente começou a ter o curso, né? A formação... Aí eu já vi que não, que era bom, que era diferente.”

Apesar das professoras do 1º e do 3º ano terem concluído sua graduação em Pedagogia recentemente – uma há apenas 2 anos, e a outra há 4 anos –, respectivamente, as concepções que elas demonstraram ter sobre aluno e alfabetização ainda estão pautadas na educação nos moldes tradicionais, provavelmente, pelas concepções advindas do tempo em que foram alfabetizadas, que ainda se mantém, ou até mesmo pelas abordagens a que tiveram acesso no curso de Pedagogia. É necessário dar atenção para este aspecto, pois concluíram a graduação há pouco tempo, onde possivelmente sua formação possibilitou refletir sobre as práticas que já estão em desuso dentro das escolas, assim como as demais propostas de mudança para alfabetizar e, conseqüentemente, diferentes concepções sobre criança, aluno e infância. Se faz necessário o reforço sobre a importância de que o professor leia, estude, se atualize, ou seja, reflita e repense suas práticas a fim de fundamentá-las com um marco teórico atualizado, contextualizando-as na relação com a realidade em que atua.

A falta de integração entre as professoras dos três primeiros anos e a conseqüente falta de planejamento e acompanhamento conjunto do trabalho revela-se outra variável recorrente nas narrativas das professoras entrevistadas. Ao que tudo indica, não há confiança e nem admiração pelo trabalho das colegas, pois a P1, que entrou de licença pouco depois das entrevistas serem realizadas, afirma categórica:

“[...] no ano que vem eu pego a mesma turma para seguir o trabalho.”

Esta fala da P1 traz o pensamento que, provavelmente, haja uma crítica da P1 em relação às professoras do 2º e do 3º ano; que as outras professoras alfabetizadoras não têm capacidade de seguir o processo iniciado por ela, fazendo-se necessário que ela retorne no próximo ano com a mesma turma, para “suprir” o que a outra professora não fez. Ponto que gera uma inquietação, já que todas as

professoras alfabetizadoras realizaram as formações do Pacto, e mesmo não sendo nas mesmas instituições, tiveram acesso aos Cadernos de Formação que as orientam a realizar um trabalho conjunto no ciclo de alfabetização, a “participar do planejamento coletivo e desenvolvimento de projetos didáticos que envolvam as turmas da escola” (BRASIL, 2012, p.13), evidenciando que o trabalho seja realizado de forma coletiva e articulada pelas professoras dos três anos do Ciclo de alfabetização.

Outra fala que ilustra a falta de integração entre as três professoras vem da P3, quando diz, referindo-se às professoras do 1º e do 2º ano:

Estão ali porque no 1º e no 2º não roda, né? Então vão pro 3º e a gente tenta fazer o que pode.”

Ou seja, o que está em evidência é a visibilidade do trabalho da professora do 3º ano, pois é o ano que os alunos são retidos, ou seja, o último ano do Ciclo de alfabetização, desconsiderando que o sucesso do trabalho da professora do 3º ano depende, grande parte, da competência do trabalho realizado pelas professoras dos dois anos anteriores.

A partir desta fala é possível apontar que se houvesse um trabalho integrado entre as professoras dos três anos, não haveria este discurso por parte da P3, pois o Pacto sugere que no 3º ano seja destinado para a consolidação dos conhecimentos “das correspondências som-grafia, de modo a ler e escrever palavras formadas por diferentes estruturas silábicas, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido no ano 2 em relação a esse aspecto.” (BRASIL, 2012, ano 3, unid. 3, p. 8). Por outro lado, vem ao pensamento que se dispusessem a se aproximar para organizar o trabalho conjuntamente, ficariam expostas em suas práticas, pois revelariam que nenhuma delas está trabalhando de acordo com os princípios do Pacto. Ou seja, apesar de aderirem ao Pacto, ainda não aderiram – ou estão no começo de experimentar colocar em prática – aos princípios de organização do trabalho aos quais tiveram acesso nas formações e materiais elaborados e distribuídos por este Programa.

Um dos argumentos para não realizarem um trabalho articulado é de que não têm tempo para reuniões (lembrando que duas delas trabalham 40 horas). Segundo elas, durante as formações do Pacto foi possível trocar experiências com professoras de outras escolas, mas no dia a dia da escola, não conseguem criar

situações que possibilitem que se reúnam e conversem sobre o trabalho que estão realizando.

Como apenas uma das entrevistadas realizou as formações do Pacto na escola que serviu de campo empírico para a pesquisa (a P1 e P2 atuavam como alfabetizadoras em outras duas instituições da rede estadual), outra conclusão sobre os empecilhos para a integração das professoras do Ciclo é a grande rotatividade das professoras nas instituições da rede estadual.

Passaremos, portanto, as queixas das professoras sobre a não participação das famílias na vida escolar dos alunos, algo muito recorrente nos discursos dos professores em geral, e não diferente nas narrativas das professoras entrevistadas.

Partindo do pressuposto que a família também é uma instituição e que também pode contribuir de certa maneira para a alfabetização das crianças, as professoras foram consultadas em relação ao envolvimento das famílias no acompanhamento do processo de alfabetização. As narrativas apontaram para o pouco apoio das famílias, como nos fala a P1 e a P2:

“[...] se não tiver um trabalho em casa também com as crianças, elas não vão conseguir só aqui na escola.” “Tem gente que não tá nem aí. Como se fosse um depósito(referindo-se à escola).”

“Tu tenta o máximo e a criança não tem o amparo da família, porque não basta só as 4 horas para fazer um trabalho contínuo”.

A certeza de que é importante envolver as famílias das crianças neste processo fica evidente no depoimento das professoras. Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração a lembrança de que às vezes os pais não conseguem colaborar neste processo não porque não querem, e sim porque não conseguem, seja por não serem alfabetizados, ou até mesmo porque trabalham em demasia. No entanto, em contrapartida, lembrando as palavras de Luciana Piccoli e Patrícia Camini (2012), estudiosas que serviram de referência para a elaboração dos Cadernos de Formação do Pacto, que em sua obra “Práticas Pedagógicas em Alfabetização: espaço, tempo e corporeidade”, os “contextos familiares conturbados, condições financeiras precárias, problemas de aprendizagem não diagnosticadas

não podem se tornar justificativas para o pouco avanço de algumas crianças.” (PICCOLI; CAMINI, 2012, p.46)

Outra queixa presente nas narrativas das professoras para que não ocorra a alfabetização é o desinteresse dos alunos em relação as propostas que elas fazem em sala de aula, revelando a ausência de autocritica em relação ao que têm proposto aos alunos – seja porque contrariam os princípios orientadores do Pacto, seja porque não conversam com os alunos sobre os motivos de seu desinteresse. Temos como exemplo as falas da P2 e P3, respectivamente

“A criança tem que ter interesse, estímulo [...] Pra mim eles têm que ter interesse [...]”

“[...] a criança tem que ter interesse também, porque se não tiver interesse aí não dá.”

Em contrapartida, no trabalho pedagógico voltado a alfabetização, Piccoli e Camini (2012), salientam que é necessário que se varie as propostas para prender a atenção dos alunos, não insistindo nas mesmas estratégias, pois as crianças ficam entediadas e cansadas. Portanto, a partir destas falas e do que trazem essas duas autoras um outro questionamento surge: Será que não são justamente as práticas que as professoras propõem em sala motivo de tal desinteresse, tendo em vista que “tentam” alfabetizar as crianças utilizando as práticas apontadas no primeiro eixo deste capítulo?

Pensando pelo aspecto da não alfabetização de alguns alunos dentro do ciclo de alfabetização, é perceptível um discurso de atribuição da culpa a alguém. Discurso presente em geral, quando não se consegue atingir os objetivos propostos. As entrevistadas alternam-se em relação aos culpados pelo estado da situação: ou jogam a culpa nas famílias por não ajudarem, ou nos alunos por não terem interesse, ou nas colegas que não conseguem alfabetizar no tempo necessário.

O quarto e penúltimo eixo de análise é a priorização da Língua Portuguesa em detrimento dos demais componentes curriculares previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a saber:

I – Linguagens: a) Língua Portuguesa, b) Língua materna, para populações indígenas, c) Língua Estrangeira moderna, d) Arte, e) Educação Física; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas: a) História, b) Geografia; V – Ensino Religioso. (BRASIL, 2013. p.133)

Para ilustrar temos as falas das professoras do 2º e 3º ano, respectivamente, que confirmam a priorização da Língua Portuguesa nos seus planos de trabalho:

“[...] mais Português e Matemática... Como os conteúdos são maiores, eu preciso de mais tempo para poder explicar, né? Pra ensinar melhor [...]”

“[...] tu vai dar alguma coisa para eles lerem sobre o corpo humano? Não estão lendo ainda! Tu vai abordar o assunto, mas o enfoque agora é leitura e escrita.”

Ao relatarem que dão ênfase à Língua Portuguesa, as professoras apontam que não é possível utilizar nas práticas voltadas à alfabetização as demais disciplinas, demonstrando o desconhecimento da proposta de articulação dos conteúdos no Ciclo de alfabetização. Dessa maneira, defendem o contrário do que se propõe o Pacto, que objetiva que os professores alfabetizadores planejem “projetos didáticos para turmas de alfabetização, integrando diferentes componentes curriculares, e atividades voltadas para o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita” (BRASIL, 2012, p.5). Ou ainda, que “o ensino da leitura, da escrita e da oralidade precisa ser realizado de modo integrado aos diferentes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História, Geografia, Matemática, Ciências.” (BRASIL, 2012, p.26).

Por fim, o último eixo de análise refere-se à dos discursos das professoras na reprovação do 3º para o 4º ano, já que se esperava que enfatizassem as aprendizagens efetivas dos alunos ano a ano, mesmo que a aprovação seja automática do 1º para o 2º e do 2º para o 3º ano. Ouçamos a P1 e a P2 a esse respeito:

“Daí o nível de reprovação no 3º para o 4º ano é muito grande.”

“[...] eu peguei as minhas turmas de 3º ano... Eu fiquei muito agoniada com a questão da reprovação, da retenção, eu fiquei angustiada.”

Se as professoras realizassem o que orienta o Pacto, ou pelo menos tentassem utilizar em suas práticas as orientações, os objetivos e princípios desse Programa, provavelmente não haveria necessidade de se preocuparem com os altos índices de reprovação ao final do Ciclo de alfabetização, pois as formações ao

apontarem para o trabalho coletivo, ponderam o que deve ser trabalhado em cada ano deste Ciclo.

Através dessas recorrências identificadas nos discursos das três professoras alfabetizadoras, foi possível chegar à conclusão que os alunos avançam de ano, mas não porque foram alcançados os objetivos de cada ano com relação a alfabetização, e sim porque o Pacto propõe que os alunos não sejam retidos. As narrativas demonstraram que, infelizmente, muitos fatores influenciam para que neste ciclo ainda não se consiga a efetiva alfabetização, ou pelo menos, que os alunos adquiram os conhecimentos mínimos esperados para este período. E, o reflexo disso, são os altos índices de retenção de alunos no 3º ano, colocando em cheque, sob suspeita, os princípios do Pacto. Muitas vezes, em meio às análises, surgiram as perguntas: Afinal, são os objetivos e princípios do Pacto que estão equivocados? Ou são as práticas dissonantes das professoras que estão compondo esse quadro de não aprendizagens em relação à alfabetização? Ou é a falta de apoio das famílias o motivo para que os objetivos e princípios do Pacto não se efetivem nesta instituição? Qual deles é o responsável, ou o mais responsável, ou todos eles são os responsáveis pelas metas não estarem sendo cumpridas? E o que mais?

Se levarmos em conta os dados gerados até agora, veremos que todos esses aspectos são, em certa medida, responsáveis pelo quadro vislumbrado nessa escola. Mesmo assim, é necessário questionar qual seria a solução para que esta meta de alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano fosse cumprida. As professoras entrevistadas têm posição marcada sobre isso, reafirmando as diferenças e justificando, de certa maneira, a falta de integração entre elas. Vejamos:

“[...] até o final do 2º. O bom, o ideal seria, né?” (P1)

“[...] acho que a alfabetização não dá pra ser feita só nos 3 primeiros anos, tem que ser feita em mais anos, acredito que até o 5º ano.” (P2)

“Eu acho que necessariamente não precisaria desses 3 anos. [...] eu acho que 3 é muita coisa.” (P3)

CONCLUINDO ESTE TRABALHO, MAS O PACTO CONTINUA...

As conclusões a seguir são apenas iniciais a respeito deste estudo, pois o Programa Pacto continua em 2014, pelo que prevê o MEC. Também porque outras ações terão continuidade em prol da Alfabetização em todas as escolas do país e por esse motivo ainda terão muitas discussões em torno desta temática.

As respostas para uma pesquisa que se iniciou com tantos questionamentos apontaram para muitas variáveis em relação entre o avanço de ano dos alunos no Ciclo de alfabetização e as aprendizagens efetivas relativas a alfabetização. E por se tratar de um TCC, este estudo abordou apenas algumas destas variáveis. Considerada uma das principais, temos a necessidade de maior adesão das professoras do Ciclo de Alfabetização às propostas do Programa, mais especificamente, no que diz respeito, as estratégias que lhes permitam a elaboração de um projeto de trabalho integrado entre elas, que atenda os objetivos de cada ano, articulando-os, acompanhando-os e avaliando-os conjuntamente, revelando, em suas práticas de sala de aula, as orientações que tiveram nas formações do Programa, a fim de não quebrar o Pacto firmado para a melhoria da educação das crianças brasileiras.

É perceptível que na escola objeto deste estudo, a proposta do Pacto de alfabetizar as crianças na idade certa (até os 8 anos), ainda segue a passos lentos, principalmente porque é um Programa que focaliza a formação continuada dos professores, visando o aprimoramento das práticas que as professoras utilizam em sala de aula, ou melhor, o primeiro passo desta proposta de mudar a realidade das escolas brasileiras em relação à alfabetização.

Salientamos que este estudo contribui profissionalmente para a formação de alfabetizadores, pois é necessário conhecer teóricos do assunto e estar atualizado quanto a ele também. Além disso, possibilita um aprofundamento na área da Alfabetização, área na qual a autora pretende continuara refletir após este trabalho. Paulo Freire (1997) sugere que somos como sujeitos inacabados em permanente construção. Como professores devemos estar cientes de que somos inacabados e que precisamos estar nos construindo e reconstruindo sempre. Portanto, devemos continuar com reflexões acerca da prática e continuar sempre buscando o aperfeiçoamento profissional.

Por fim, é importante ressaltar aos professores que trabalham com turmas de alfabetização, ou que irão atuar nestas turmas num futuro próximo, mas que não tiveram acesso ao Programa Pacto, seja através das formações ou do site do Programa, que se organizem e tomem providências para conhecer o que o Pacto se propõe. Porque as mudanças das práticas de alfabetização só se efetivarão quando houver muitas discussões sobre os aspectos relacionados a esse tema. As sugestões que o Pacto propõe são valiosos pontos de partida para modificar as concepções de alfabetização, de letramento, de criança, de infância, de aluno e de professor que se têm hoje nas escolas, produzindo práticas que mudariam o cenário educacional brasileiro para melhor. Pena que, infelizmente, pelas amostras desse estudo, elas não estejam sendo seguidas e, portanto, o Pacto ainda não esteja conseguindo realizar plenamente o seu papel.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Currículo no ciclo de alfabetização: princípios gerais. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. [57]p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_1_MIOLO.pdf> Acesso em: 23 mai. 2014.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Concepções de alfabetização: o que ensinar no ciclo de alfabetização. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. [57]p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_1_MIOLO.pdf> Acesso em: 23 mai. 2014

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; CRUZ, Magna do Carmo Silva. Progressão e continuidade das aprendizagens: possibilidades de construção de conhecimentos por todas as crianças no ciclo de alfabetização. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: reflexões sobre a prática do professor no ciclo de alfabetização, progressão e continuidade das aprendizagens para a construção do conhecimento por todas as crianças: ano 02, unidade 08**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_2_Unidade_8_MIOLO.pdf> Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL. [Lei Darcy ribeiro (1996)]. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.45 p. – (Série legislação; n. 102). Atualizada em 8/5/2013. ISBN 978-85-402-0101-9 (e-book) Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?> Acesso em: 30 mai. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>> Acesso em: 3 abr. 2014.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**, 2014. Documento orientador das ações de formação em 2014. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Pacto%20da%20Alfabetizacao%20Documento%202014%20Versao%20Final.pdf>> Acesso em: 23. mai. 2014.

_____. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1.** Brasília: MEC, SEB, 2012. [57]p. Disponível em:

<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_1_MIOLO.pdf>

_____. Portaria n. 867: que institui o apcto pela alfabetização na idade certa e ações do pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 129, 5 de julho de 2012. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf> Acesso em: 19 abr. 2014.

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação.** Brasília: MEC, SEB, 2012. 40p. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Apresentacao%20MIOLO.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...> Acesso em: 19 jun. 2014.

CABRAL, Ana Catarina dos Santos Pereira; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves Pessoa. A consolidação das correspondências letra-som no último ano do ciclo de alfabetização In: Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: o último ano do ciclo de alfabetização: consolidando os conhecimentos: ano 3: unidade 3.** Brasília: MEC, SEB, 2012. 48 p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_3_Unidade_3_MIOLO.pdf> Acesso em: 19 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 28ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MAGALHÃES, Luciane Manera; ARAUJO, Rita de Cássia Barros de Freitas; ACHTSCHIN, Simone Borrelli; MELO, Terezinha Toledo Melquíades de. Planejamento do ensino: alfabetização e ensino/aprendizagem do componente curricular - Língua Portuguesa. In: Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: planejamento escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa: ano 1: unidade 2.** Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. 48 p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_2_MIOLO.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

MORAIS, Artur Gomes de; LEITE, Tânia Maria S.B. Rios. A escrita alfabética: por que ela é um sistema notacional e não um código? Como as crianças dela se apropriam? BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : a aprendizagem do sistema de escrita alfabética: ano 1: unidade 3.** Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. 48p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_3_MIOLO.pdf> Acesso em: 19 jun. 2014.

KRUG, Andréa. **Ciclos de formação: uma proposta político-pedagógica transformadora.** Porto Alegre: Mediação, 2001. 149p.

PICCOLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas Pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade.** Ilustrações de Eloar Guazelli. Erechim; Edelbra, 2012.

OLIVEIRA, Solange Alves de. **O ensino e a avaliação do aprendizado do sistema de escrita alfabética numa escolarização organizada em ciclos.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004. In: ALBUQUERQUE, Eliana B. C., MORAIS, Artur G. E FERREIRA, Andréa Tereza B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? In: Revista Brasileira de Educação. V. 13, n.38. maio/ago 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/05.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2014.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização.** Revista Presença Pedagógica. Disponível em: <<http://www.presencapedagogica.com.br/capa6/artigos/52.pdf>> Acesso em: 9 jul. 2014.

_____. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar, 2014. Nº25.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte. Autêntica. 1998.

SOUZA, Ivane Pedrosa de; LEAL, Telma Ferraz. Os diferentes textos a serviço da perspectiva do alfabetizar letrando. In: Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: o trabalho com gêneros textuais na sala de aula: ano 02: unidade 05.** Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. [48] p. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_2_Unidade_5_MIOLO.pdf> Acesso em: 30 jun. 2014.

UNDIME. **Carta aberta à Sociedade Brasileira sobre a meta de alfabetização de crianças do novo PNE.** Disponível em: <<http://undime.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Carta-aberta-Meta-de-Alfabetizacao-PNE.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Zago, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro. 200

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Termo de autorização

À direção da escola

Eu, Camila Barbosa Seabra dos Santos, aluna do 8º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estou realizando uma pesquisa sobre Alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

A referida pesquisa tem por objetivo conhecer e analisar os pontos de vista de professores e alunos sobre o processo de alfabetização dos alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa que gerará dados para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, sob orientação do Professor Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Os dados da pesquisa serão coletados através de entrevistas que serão gravadas em áudio, em datas a serem agendadas com professores e grupos de alunos de cada ano dos três primeiros anos do Ensino Fundamental desta instituição. O material obtido nesta pesquisa estará protegido sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes da instituição e nem dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha ser publicado.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da entrevista, ou sempre que julgarem necessário, através do fone [REDACTED], ou pelo endereço eletrônico camilah.seabra@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido _____ minhas _____ dúvidas, eu, _____, na condição de diretor(a) da escola _____, autorizo a pesquisa sobre Alfabetização nos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, nesta instituição de Ensino, realizada pela acadêmica de Pedagogia Camila Barbosa Seabra dos Santos.

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa e de que estou ciente que terei total liberdade para retirar minha autorização a qualquer momento durante a recolha dos dados e de deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo.

A participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não trará nenhum retorno financeiro, dano ou despesa à esta instituição de ensino. E que os dados obtidos na pesquisa estarão sob anonimato e sigilo de informações apresentadas.

Porto Alegre, ____ de Abril de 2014.

Assinatura do (a) participante – Direção da escola

Assinatura da pesquisadora – Camila Barbosa Seabra dos Santos

Assinatura do orientador da pesquisa
Prof. Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

As professoras

Eu, Camila Barbosa Seabra dos Santos, aluna do 8º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estou realizando uma pesquisa sobre Alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

A referida pesquisa tem por objetivo conhecer e analisar os pontos de vista de professores e alunos sobre o processo de alfabetização dos alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa que gerará dados para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, sob orientação do Professor Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Os dados da pesquisa serão coletados através de entrevistas que serão gravadas em áudio, em datas a serem agendadas com professores e grupos de alunos de cada ano dos três primeiros anos do Ensino Fundamental desta instituição. O material obtido nesta pesquisa estará protegido sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes da instituição e nem dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha ser publicado.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da entrevista, ou sempre que julgarem necessário, através do fone [REDACTED], ou pelo endereço eletrônico camilah.seabra@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas, eu, _____, professora do ___ ano, aceito participar da pesquisa sobre Alfabetização nos três primeiros anos iniciais, perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na escola _____ realizada pela acadêmica Camila Barbosa Seabra dos Santos.

Pelo presente consentimento declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa e de que estou ciente que terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento durante a recolha dos dados e de deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo.

A participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará nenhum retorno financeiro, dano ou despesa. Autorizo a transcrição das entrevistas para fins de pesquisa. E que os dados obtidos na pesquisa estarão sob anonimato e sigilo de informações apresentadas.

Porto Alegre, ___ de Abril de 2014.

Assinatura do (a) participante – Professora

Assinatura da pesquisadora – Camila Barbosa Seabra dos Santos

Assinatura do orientador da pesquisa
Profº Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Termo de consentimento livre e esclarecido

Aos pais/responsáveis dos participantes

Eu, Camila Barbosa Seabra dos Santos, aluna do 8º semestre do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estou realizando uma pesquisa sobre Alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

A referida pesquisa tem por objetivo conhecer e analisar os pontos de vista de professores e alunos sobre o processo de alfabetização dos alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa que gerará dados para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, sob orientação do Professor Gabriel de Andrade Junqueira Filho.

Os dados da pesquisa serão coletados através de entrevistas que serão gravadas em áudio, em datas a serem agendadas com professores e grupos de alunos de cada ano dos três primeiros anos do Ensino Fundamental desta instituição. O material obtido nesta pesquisa estará protegido sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes da instituição e nem dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha ser publicado.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da entrevista, ou sempre que julgarem necessário, através do fone [REDACTED], ou pelo endereço eletrônico camilah.seabra@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas, eu, _____, portador (a) do

RG: _____, responsável por _____

autorizo a participação na pesquisa sobre Alfabetização nos três primeiros anos iniciais, perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na escola _____ realizada pela acadêmica Camila Barbosa Seabra dos Santos.

Pelo presente consentimento declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa e de que estou ciente que terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento durante a recolha dos dados e de deixar de autorizar meu filho(a) de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo.

A participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará nenhum retorno financeiro, dano ou despesa. Autorizo a transcrição das entrevistas para fins de pesquisa. E que os dados obtidos na pesquisa estarão sob anonimato e sigilo de informações apresentadas.

Porto Alegre, ____ de Abril de 2014.

Assinatura do (a) pai/responsável

Assinatura da pesquisadora – Camila Barbosa Seabra dos Santos

Assinatura do orientador da pesquisa
Profº Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho

Apêndice D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA AS PROFESSORAS

Roteiro de entrevista semi estruturada Professoras

Ano: Data da entrevista: ____/____/____

REPERTÓRIO/ FORMAÇÃO

- Idade?
- Fez magistério?
- Qual a tua formação? Onde te formaste?
- Qual tua forma de ingresso no serviço público/magistério público?
- Atua há quanto tempo como professora? Em que níveis de escolaridade já trabalhou? Com que faixas etárias, com que níveis/turmas já trabalhou?
- Onde tu fez a formação do Pacto?
- A escola trabalha com a perspectiva de ciclo ou de ano?
- Tu já trabalhaste em escola ciclada/seriada?
- Quais as diferenças e as semelhanças da escola ciclada e da perspectiva do Pacto?

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA PROFESSORA ALFABETIZADORA

- Quanto tempo atua como alfabetizadora?
- Foi tu quem pediste para trabalhar com turma de 1º/2º/3º ano ou foi convidada, indicada por alguém para trabalhar nesta turma?
- Por que escolheu trabalhar com esta turma? Ou: Por que resolveu aceitar o convite para trabalhar para essa turma?
- Quais os pontos positivos de trabalhar com 1º/2º/3º ano, e as maiores dificuldades que tu enfrentas como professora de 1º/2º/3º ano?
- Qual a concepção ou abordagem de alfabetização que orienta o teu trabalho como alfabetizadora? Onde tevesse acesso e aprendeu sobre ela?

SOBRE A CHEGADA DAS CRIANÇAS DE 6 ANOS NO 1º ANO(bloco realizado apenas com a professora do 1º ano)

- Quais são as tuas expectativas sobre os conhecimentos delas sobre leitura e escrita quando chegam para o 1º ano?
- O que elas geralmente já chegam sabendo e o que ainda não sabem sobre leitura e escrita?
- Quais as características destas crianças, sobre a relação delas com a leitura e escrita, quando chegam no 1º ano?
- **Que estratégias tu utilizas para conhecer e avaliar o que as crianças já sabem sobre leitura e escrita quando elas ingressam no 1º ano?**

-

PNAIC/ ADESÃO

- Por que decidiu aderir à proposta?
- Tu acha que tem necessidade de um aluno ter 3 anos para se alfabetizar?
- Na tua avaliação, quais são os Pontos fortes e pontos fracos da proposta?
- Na escola, quantos são os professores que trabalham na lógica do programa?
- Aqui na escola contas com orientação de alguém para acompanhar o trabalho, fazer reuniões, trocar impressões, pedir ajuda, etc?
- Além das formações do pacto, vocês realizam reuniões para organizar o trabalho pedagógico na tua escola?
- Se sim: quais as pautas das reuniões? Em que horários elas acontecem? Com que periodicidade? Quem coordena?

FAMÍLIA

- Como se dá o envolvimento da família no acompanhamento da aprendizagem dos alunos em relação à leitura e escrita?
- Como os pais reagem à informação de que o foco do 1º ano não é alfabetização? (Somente 1º ano)

Para 1º e 2º ano:

- **Como os pais reagem ao receber a informação de que seu filho pode sair do 2º ano sem saber ler e escrever? Que não é objetivo do 1º ano que as crianças saiam alfabetizadas até o final deste ano?**
- Quais as expectativas dos pais com relação a alfabetização dos filhos? Quais as perguntas que tu ouve dos pais com mais frequência?

PROPOSTAS EM SALA DE AULA X TEMPO

- Tu planejas o tempo em sala de aula priorizando o que? Por que?
- Como tu realizas a divisão do tempo em sala de aula em relação aos componentes curriculares do 1º ano (linguagem, matemática, ciências naturais, ciências humanas e ensino religioso)?

AVALIAÇÃO

- Do teu ponto de vista, o que faz com que uma criança se alfabetize?
- Nesses anos trabalhando com alfabetização, qual a tua avaliação sobre os motivos pelos quais algumas crianças avançam em relação à apropriação da leitura e da escrita e outras nem tanto?
- De que forma tu avalias o processo de alfabetização dos teus alunos? Utilizas quais instrumentos?
- Quais os aspectos do processo de alfabetização em que os alunos encontram maior dificuldade? Qual a tua avaliação a este respeito?
- Como tu planejas o seu trabalho para ajudá-los a superar essas dificuldades?
- Algum aluno já repetiu contigo? Por que você acha que isso aconteceu? Que elementos/aspectos você avalia que contribuíram para que isso acontecesse?
- Ao longo do ano como foi se dando o processo de aquisição da leitura e escrita? - Pode contar alguma história significativa sobre as conquistas das crianças nesse processo?
- E alguma história de conflito vivido por você nesse processo?
- E alguma história significativa sobre o não avanço das crianças nesse processo?

(Somente para profes do 1º ano)

- Apresentar documento Ensino Fundamental de nove anos Orientação para Inclusão das crianças com 6 anos.
- Tu conheces este documento/ Já teve acesso ao documento?
- O que você tem a dizer sobre os comentários de muitos educadores que os professores preferem trabalhar com turmas de 1º ano por não ter obrigatoriedade de alfabetizar? E também porque não haverá reprovação ao final do 1º ano?)

(Somente para o 3º ano:

- É verdade que ser professora do 3º ano é sinônimo de enfrentar mais dificuldades, pois muitos alunos chegam com defasagem na alfabetização?)
- Tu gostarias de comentar sobre o pacto, sobre o seu trabalho, sobre a realidade em que tu atua, sobre a qual não conversamos?
- O que você achou de participar dessa entrevista? Gostaria de comentar alguma coisa?

Obrigada pela participação!

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ALUNOS

Data da entrevista: ___/___/___ Ano: ___ Idades: _____

Escola: _____

Grupo 1 Grupo 2

APRENDIZAGEM

- O que vocês acham mais importante na escola?
- O que mais gostariam de aprender?
- O que vocês mais fazem na escola?
- Qual a coisa que vocês mais gostam e que não fazem na escola?
- E o que não gosta na escola mas tem que fazer? Quem diz que tem que fazer?

ALFABETIZAÇÃO

- O que vocês já sabem sobre ler e escrever?
- Tem alguma coisa que quem esta na escola não pode deixar de saber para poder passar de ano?
- Quem aqui acha que esta com muita dificuldade de aprender alguma coisa na escola?
- O que falta para saber ler e escrever?
- Já que está difícil o que está fazendo para aprender?

PARTICIPAÇÃO EM AULA

- Quando a professora está explicando algo sobre ler e escrever, coisas sobre textos vocês participam da aula?
- A professora faz perguntas para vocês?
- E vocês fazem perguntas para ela?

EXPERIÊNCIA ESCOLAR

Para 1º ano:

- Quem de vocês ia para a escola de educação infantil/escolinha? Quantos?
- O vocês faziam na educação infantil que é que é igual ao 1º ano?
- O que tem de diferente?

Para 2º ano

- O que tem no 2º ano que é igual ao 1º? E o que tem de diferente?

Para 3º ano

- O que tem no 3º ano que é igual ao 2º? E o que tem de diferente?

AValiação

- O que a professora faz para saber o que vocês já sabem sobre ler e escrever?
- O que vocês acham que ela deveria fazer?

PERSPECTIVAS

- O que tu quer aprender até o final do ano?
- O que vocês querem aprender no próximo ano?

Obrigada pela participação!